

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(CEDP)**

07.06.2022

* * *

- Abre a reunião a Sra. Maria Lúcia Amary.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Boa tarde a todos. Eu queria só esclarecer que já está ao vivo a TV Alesp, ela só não está sendo transmitida aqui porque alguns deputados pediram para passar um vídeo, então isso iria interromper, mas está sendo passada ao vivo a reunião de agora. Então, havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem, presidente. Desculpa, presidente. Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputada.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Apenas para fazer um questionamento, como já havia falado com V. Exa.: houve o parecer da Procuradoria sobre a admissibilidade ou não do processo administrativo contra o deputado Delegado Olim. Houve um parecer da Procuradoria dizendo que era o mesmo objeto. Eu só queria perguntar se V. Exa. confirma que você deferiu de ofício, você acolheu de ofício, porque, senão, teria que ser submetido pelo Conselho de Ética. É só isso.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu já respondo daqui um pouco, deputada, deixa eu só terminar a chamada da presença e no momento oportuno já falamos sobre isso.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Deixa abrir a reunião primeiro.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Registro a presença dos seguintes deputados e deputadas. Deputado Adalberto Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Presente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Presente. Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO- PT - Presente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Wellington Moura. (Inaudível.) Está o substituto, o suplente. O deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Presente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Presente. Deputada Erica Malunguinho. (Pausa.) Não está presente. Deputado Campos Machado. Presente. Deputada Marina Helou.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Presente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Presente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Estevam Galvão.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Presente, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - E esta presidente, presente. Presente também o deputado Gilmaci Santos, Valeria Bolsonaro, deputada Isa Penna, deputado Douglas Garcia. Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, presidente. Solicito a dispensa da leitura da Ata.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É regimental, pedido de Vossa Excelência. Os deputados e deputadas que forem favoráveis, permaneçam como se encontram.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Isa, com relação ao pedido de V. Exa., eu queria alegar a seguinte condição: quando foi votada aqui a admissibilidade do projeto de V. Exa., nós tivemos o debate na discussão e, na votação, nós tivemos o cuidado de olhar todas as votações de cada deputado no momento da votação e nenhum deles justificou o voto. Eles votaram pela não admissibilidade. Por conta disso, quando veio novamente o seu pedido, diante dos fatos serem iguais, praticamente - a senhora estava fazendo o mesmo pedido que tinha sido naquela questão - eu entendi, como presidente do Conselho, que nós deveríamos mandar para a Procuradoria para que ela desse um parecer a respeito dessa situação, porque era uma situação inusitada, não prevista dentro do regimento do Código de Ética. Portanto, por ser uma situação atípica, eu achei por bem que o parecer fosse encaminhado pela Procuradoria. O parecer da Procuradoria, que foi fundamentado, considerou desfavorável o seu pedido e, por conta disso, eu quero lembrar que, assim, o objetivo foi exatamente criar, entre aspas, uma jurisprudência, porque fatos iguais que voltam a ser colocados sobre o mesmo tema e para discutir a mesma questão, nós estaríamos, entre aspas, revendo uma decisão que já tinha sido tomada naquele momento da reunião.

Por conta disso, me valido da prerrogativa de Presidente para assumir essa situação, no sentido de acolher esse parecer, porque o seu processo, na verdade, a sua representação não foi nem acolhida naquele momento. Então, não tinha como fazer o prosseguimento em função desses argumentos.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Só para... Pode concluir.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Só para concluir, deputada, eu quero lembrar que o parecer, nesse sentido, foi feito. Eu votei pela admissibilidade; se fosse empatado, cinco a cinco, eu votaria pela admissibilidade, porque eu sempre entendo que admissibilidade não é um pré-julgamento. A admissibilidade, sim, vai para um parecer do relator, e ele pode até, inclusive, no parecer, propor o arquivamento da representação ou dar um voto em separado, aumentando ou diminuindo a pena. Em função dessas questões, como defendo a admissibilidade, no seu caso foi votado seis a quatro com o meu voto pela admissibilidade. Então, eu estou aqui tendo coerência no meu comportamento enquanto presidente desse Conselho, no sentido de entender até onde nós podemos admitir ou não. Então, a admissibilidade, para mim, é uma regra.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - E mais um detalhe - desculpe deputada, só para concluir. E, naquela ocasião, a senhora tinha o direito de vir aqui discutir por dez minutos, não é? Para fazer a sua defesa.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - É que a gente não foi notificada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não? Foi sim.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Não, a minha advogada não foi notificada. A minha advogada não foi notificada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vou verificar para confirmar o que a senhora está dizendo.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Sim.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não é por duvidar da sua palavra, é porque apenas precisa estar oficializando.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Perfeito, perfeito.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A secretaria está me dizendo que foi notificada pelo Diário Oficial, pelo e-mail do seu gabinete e também pela advogada.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Então, por favor, eu queria a cópia dessas...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A senhora pode depois ter acesso na secretaria para que a gente possa...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Eu só queria rapidamente, então, fazer uma declaração a respeito disso. A gente teve aqui um deputado que foi cassado recentemente por um áudio que vazou, corretamente cassado, e outro deputado que fez uma declaração brincando com o episódio que eu vivi, o que foi lamentável. O que se quer aqui não é se criar uma jurisprudência ou um precedente para que eu possa rever a decisão do caso do Fernando Cury. Por quê? Porque o Delegado Olim, que aqui está presente, ele falou e, quando falou sobre o caso, deixou muito evidente que sabia o que tinha acontecido naquela noite, inclusive que houve bebida e que o deputado Fernando Cury estava bêbado. Também demonstrou a total falta de imparcialidade sobre o caso. Veja, quando há uma lacuna no caso, você mesma disse, no Direito nós devemos recorrer às legislações superiores. No caso aqui, nós, portanto, deveremos declarar a decisão nula, porque os julgadores que se pronunciaram sobre o caso, que relataram sobre o caso, eram, inclusive, testemunhas do caso e sabiam de detalhes que omitiram. Então, o que aconteceu aqui foi uma afronta a qualquer princípio da legalidade. Não é possível, em lugar nenhum do Brasil, você ter como julgador, ou votar num parecer de uma sanção a um parlamentar, outros deputados que participaram, e foi isso que aconteceu no caso do deputado Delegado Olim. Ele, se estava embriagado ou não, eu não sei, mas falou abertamente

sobre fatos desconhecidos até então do público sobre o caso do Fernando Cury. O que se quer aqui é que não se abra um precedente para que esse caso não possa ser revisto. Eu deixo claro. Eu, como advogada, tenho plena noção dos princípios a que esse Conselho está submetido, que são os princípios dos processos constitucionais, que regem todos os processos jurídicos e administrativos.

O que foi feito aqui? O Delegado Olim está sentado como membro do Conselho de Ética depois de ter confessado publicamente - não estamos falando de um áudio privado, estamos falando de um áudio público, filmado - que participou, que sabia, que bebeu, que Fernando Cury bebeu, e ter votado no meu caso. Isso fere todos os princípios da legalidade. Infelizmente, a deputada Maria Lúcia Amary, que sim, sem dúvida nenhuma, votou pela admissibilidade... Mas eu fico triste que isso tenha chegado até essa situação em que todos os princípios processuais são feridos para justificar o injustificável, que é esse senhor ser membro do Conselho de Ética e ter votado num caso que ele disse que testemunhou, e esse testemunho não ter recebido sequer uma sanção por esse Conselho, que cedeu a pressões políticas e não sequer admitiu o processo contra ele. É a Alesp e o machismo nosso de cada dia. Enquanto não forem resolvidas essas questões básicas de legalidade, de ética, o povo não vai voltar a confiar nas instituições políticas brasileiras. Então, eu deixo aqui o meu repúdio, Excelência, a essa condução, a essa manobra jurídica que foi feita para evitar que se abrisse um precedente que nem tem como maior medo o caso do Delegado Olim, mas sim a revisão necessária do caso do Fernando Cury, que teve o deputado Delegado Olim como votante no caso. Então, só para deixar isso registrado. Agradecer o espaço de V. Exa., agradecer aos colegas e fazer votos de que esta Casa seja mais digna do povo que tem, porque o que está acontecendo aqui é indigno do povo do estado de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu entendo a sua indignação, deputada, mas a senhora tem os meios jurídicos para tomar a sua decisão e eu tenho tomado cuidado de levar muito a sério. Aliás, eu até quero reparar que nós temos uma mulher na Presidência e, quando se levanta algum tipo de suspeição em relação ao comportamento, a gente está também, de uma certa forma, não dando o valor necessário para as mulheres. Mas, de qualquer forma, vamos seguir. Está registrada a sua posição.

Ordem do Dia. Item 1: aplicação das medidas decorrentes do Processo RGL 5.817, de 2021. Tendo em vista o disposto no artigo 8º e demais disposições do Código de Ética e Decoro Paramilitar, e considerando o quanto liberado pelo Conselho de Ética de Decoro

Parlamentar nos autos do Processo RGL 5.817, de 2021, este Conselho adverte verbalmente a senhora deputada Monica Seixas com a finalidade de prevenir prática de falta mais grave. A deputada mandou uma justificativa de ausência, então, se todos os deputados concordarem, eu farei a leitura da advertência dela, já que é verbal, e ficaria então já consignada. Algum deputado ou deputada se manifesta contrariamente? Então, eu vou ler a advertência.

“Excelentíssima senhora deputada Monica Seixas, como é de conhecimento de V. Exa., tramita perante este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o procedimento RGL 5.817, de 2021, que teve origem em representação formulada pelo deputado Douglas Garcia, com fundamento no fato de que, durante o processo de votação, em Sessão Extraordinária desta Casa de Leis, realizada no dia 19/05/2021, V. Exa. permitiu que sua assessora votasse em seu lugar. Após regular a tramitação do procedimento, inclusive mediante exercício de direito de defesa por parte de V. Exa., entendeu este Conselho que foi caracterizado abuso das prerrogativas parlamentares previstas na Constituição Federal, na Constituição do Estado e no Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa e concluiu pela imposição de advertência medida disciplinar verbal, nos termos do artigo 7º, inciso 1º e artigo 8º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, a fim de prevenir a prática de falta mais grave. Assim, tendo sido o objetivo da convocação enviada a V. Exa. o de certificá-la acerca da conclusão dos procedimentos alcançados pelo Conselho e conferir efetividade às deliberações, fica a V. Exa., deputada Monica Seixas, advertida, nos termos do artigo 7º, inciso 1º e 8º da Resolução 766, de 16 dezembro de 1994, acerca da necessidade de plena observância aos preceitos de ética e decoro parlamentar contidos nas normas legais que regem a matéria em espécie - o Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa -, atentando para as réplicas de boa conduta sobre o risco de incidência em penalidade de natureza mais grave das que ora estão sendo aplicadas”. Então, está lida e advertida verbalmente a deputada Monica Seixas.

Item 2 da pauta: deliberar sobre a juntada dos processos RGL 5.458, de 2022, e 5.522, de 2022. Representações contra o deputado Wellington Moura por quebra de decoro parlamentar por versarem sobre o mesmo objeto. Apenas é a juntada, não é o julgamento da admissibilidade. Em discussão. Não havendo oradores inscritos...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente. É a juntada da representação da deputada Márcia Lia e da deputada Monica Seixas?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - São duas representações. Foi a da deputada Monica da Mandata Ativista e da deputada Márcia Lia, versando sobre a mesma matéria. Então, nós estamos votando só à juntada. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. A votação pode ser simbólica, se todos concordarem, pela Resolução 1.924, de 26/11/2020. Ficam então os senhores deputados e deputadas, se forem favoráveis à juntada das representações, como se encontram. (Pausa.) Aprovada a juntada.

Itens de número 3 a 8, que é o juízo de admissibilidade. Todos os membros do Conselho Corregedor Parlamentar já receberam cópias das representações, bem como das defesas prévias apresentadas pelos representados.

A SRA. ANA BEATRIZ - Excelência, eu sou advogada do deputado José Américo e a minha representação está encartada aos autos. Eu regularizei a minha representação processual e gostaria de fazer a defesa oral, independente de reiterar os termos escritos da prévia.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada, é no Item 8. Quando chegar nessa...

A SRA. ANA BEATRIZ - Os itens 4 e 8.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Item 4 e o Item...

A SRA. ANA BEATRIZ - Oitavo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Oito também. Então, na oportunidade do Item 4, eu passo a palavra à senhora.

A SRA. ANA BEATRIZ - Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - De nada.

Item... (Vozes sobrepostas.) Processo RGL 5.415, de 2022, de autoria da deputada Monica da Mandata Ativista, contra o deputado Gilmaci por quebra de decoro parlamentar. Então, eu vou fazer a votação em discussão.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Gilmaci.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Eu posso apresentar a minha defesa?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O senhor pode fazer a defesa, o senhor só não pode votar. Vota o seu suplente.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Sim, claro. Tenho quantos minutos, Excelência?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Dez minutos para o senhor apresentar a sua defesa.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Muito obrigado, presidente, Sra. Presidente, deputada Maria Lúcia, senhores deputados, membros deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o Sr. Corregedor, deputado Estevam Galvão. Eu fui representado neste Conselho de Ética através do processo RGL 5.415 para a senhora deputada Monica da Mandata Ativista, em que os senhores me permitam, embora os senhores já tenham recebido, mas me permitam aqui só fazer um breve relato do que ela pede. A senhora deputada pede aqui: “represento por quebra de decoro parlamentar nos termos do artigo... tal, Alesp..., da Constituição Federal... o deputado Gilmaci Santos, requerendo desde já a perda do seu mandato e demais providências cabíveis pelo fato exposto.” Ela entra em outras coisas que ela alega aqui na exposição que ela faz, e ela diz o seguinte: “que esse deputado, em um determinado momento, em discussão em plenário a chama e diz: louca. Menininha, você é louca. E com o dedo em riste para o rosto da representante. Quando a parlamentar exige que ele abaixe o seu dedo, ele toca em seu

nariz em tom de deboche, num ato violento de machismo para silenciá-la e mostrar que não a respeita.” E ela vai continuar falando, põe aqui algumas fotos, e também diz o seguinte: “destaca-se que ocorreram dois crimes contra a parlamentar: agressão verbal, injúria ao chamar de louca a deputada.” Agressão física! Injúria real ao colocar o dedo em riste e bater propositalmente o nariz da vítima. Isso é uma representação feita a este colegiado.

Também um dia antes, diz aqui, “a senhora deputada Monica Cristina Seixas vai até a Delegacia Civil da Assembleia Legislativa e faz um boletim de ocorrência BR 3600.2/2020”. E também, senhores deputados, senhoras deputadas, entre outras coisas, no boletim de ocorrência ela diz: “o autor, Gilmaci Santos, do Partido Republicano, também deputado, passou a ofendê-la de louca - ‘Menininha, você é louca’ -, passando a intimidar a vítima, inclusive colocando o seu dedo em riste. Destacou-se, ainda, o posicionamento do autor em relação à vítima, advertiu-se sobre sua conduta sendo certo que o mesmo não se importou e, inclusive, tocou no nariz da vítima, constrangendo-a”. E ela vai falando mais algumas coisas, que eu a chamei várias vezes de louca, “menininha você é louca.” Isso é o boletim de ocorrência feito na Polícia Civil. Se os senhores me permitirem, Sra. Presidente, senhoras e senhores, muito mais além da minha fala, a minha posição, eu acho que a imagem fala por si só. Então, eu gostaria de apresentar o vídeo ou os vídeos desse momento que aí estão para os senhores verem e tirarem as conclusões dos senhores. Por favor.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Esse é o vídeo gravado pela minha assessoria. Agora o vídeo oficial, requerido de ofício à Mesa Diretora da Casa, vindo da Polícia Militar aqui da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. São dois vídeos? Três vídeos da assessoria da Polícia Militar da Assembleia Legislativa. O vídeo lá de cima, onde está tendo a discussão entre a deputada Monica. Os vídeos são rápidos, vai demorar nem cinco minutos. (Inaudível.)

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. - Congelou.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Não, não congelou, acabou o vídeo. Acabou essa parte. Agora vamos para o próximo vídeo. O próximo vídeo, também ali do alto da Assembleia. Lembrando que esses vídeos são oficiais, requeridos através de ofício à Mesa Diretora da Polícia Militar, que nos forneceu o vídeo através de ofício e a Mesa Diretora nos liberou.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Próximo e último vídeo.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - (Vozes sobrepostas.) Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - (Inaudível.) Estão falando aqui, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A manifestação, neste momento, só da parte dos deputados. Por favor, peço que vocês que estão aqui presentes respeitem a fala de cada um, por favor.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado deputada, obrigado presidente. Então, senhoras e senhores, esses são os vídeos que eu estou apresentando aos senhores que mostram que aquilo de que a deputada Monica Seixas nos acusa - de agressão, de tocar o dedo no nariz dela, de agredir, de chamá-la várias vezes de menina maluquinha - não condiz. Em nenhum momento esse deputado tocou na deputada Monica e o que houve, de verdade, que nunca neguei isso, desde o primeiro momento, quando ali estávamos discutindo sobre o assunto, um debate acalorado que estava acontecendo na Assembleia, ali na tribuna, e nós, eu e a deputada Monica, estávamos discutindo. Em um determinado momento, ela se dirigiu em minha direção com as mãos para trás e disse: não aponte o dedo para mim. E eu disse para ela o seguinte: menina, você é louca. Virei as costas e saí. É o que de fato aconteceu. Mas em nenhum momento, Sra. Presidente, senhores deputados e deputadas, houve agressão por parte deste deputado à deputada Monica e a nenhum deputado ou deputada desta Casa, ainda que seja agressão verbal, que eu tenha feito nessa Casa. Muito obrigado, Sra. Presidente, obrigado, senhores deputados.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então eu vou colocar em votação.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Vossa Excelência me permite a palavra?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como o senhor não é membro, o senhor tem cinco minutos.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Muito obrigado, Sra. Presidente. Apenas para corroborar as palavras do deputado Gilmaci. Eu estive presente no momento dos fatos, eu sou testemunha de tudo que ele disse aqui e lamento que a deputada Monica tenha utilizado este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar como uma ferramenta para tentar instrumentalizar as suas ideias ideológicas e que nada refletem a realidade do que realmente aconteceu. Então, eu tenho certeza absoluta de que este Conselho de Ética, sendo um conselho sério, é um conselho que vai trabalhar para que a imagem da Assembleia Legislativa sempre seja pautada através do bom decoro, através da seriedade, e irá, com certeza, rejeitar qualquer tipo de pedido vindo da deputada que claramente está utilizando este Conselho de Ética para tentar instrumentalizar as suas pautas ideológicas, que não se mostram verdadeiras através das imagens que foram trazidas pelo deputado Gilmaci, que momento algum a agrediu. E outra, se formos levar em consideração as palavras utilizadas pelo deputado Gilmaci, que a chamou de louca e ele mesmo confirmou isso, também deveria ser levado em consideração o fato de a deputada Monica já ter mais de uma vez me chamado de fascista. Isso é uma ofensa absolutamente... que eu repudio com todas as forças. Eu já processei a deputada Monica em decorrência dessas palavras dela, então eu acho que é a última pessoa que deveria representar algum deputado aqui nesta Casa, se for levar em consideração a forma, a conduta e o jeito com que ela trata os seus pares aqui na Assembleia Legislativa. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não havendo mais nenhum deputado...

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Pela ordem.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Campos Machado, tem...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Deputado Altair.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado... Quem pediu primeiro? Desculpe. Deputado Altair pediu primeiro? Então o senhor tem...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pode ir o meu amigo Campos Machado, por favor.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Campos, então.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Sra. Presidente, eu fico intrigado com as ofensas que se fazem a este Conselho de Ética. Mas vou deixar isso de lado. Este Conselho de Ética tem trabalhado com dignidade, com afinco e com respeito. É mal interpretado, mas é um Conselho de Ética composto por deputados honestos, de boa índole, sonhadores, que acreditam que este Parlamento é o maior parlamento da América Latina e tem mais de 150 anos de história. Tenho um carinho especial pela deputada Monica. Guerreira. Determinada. Volto a dizer, uma mulher que defende as mulheres com muita dignidade, com muita coragem, com muita determinação e com muito amor. Mas o que está ocorrendo é a banalização dos procedimentos deste Conselho de Ética. É impossível que nós concordemos com a banalização. Estou aqui há oito mandatos. Neste mandato, logo de início, eu disse: vai ser a pior legislatura da história da Casa. E eu tinha razão. Aqui, se respirar mais alto, é razão de um procedimento legal. Eu indago... Eu acabei de ver o vídeo, eu estava lá no plenário. Deixando de lado da religião do deputado Gilmaci, deixando de lado a sua educação - eu convivo com ele há anos na Casa -, eu não vi o dedo no nariz. Eu não vi. Eu não vi agressão nenhuma. Mas basta um deputado que queira arrumar, banalizando o procedimento, se aproximar de outro, começar uma discussão para uma palavra um pouco mais ríspida basear uma representação. Nós não podemos banalizar esta Comissão, sob pena de desmoralizá-la. Esta é a verdade, deputado Estevam Galvão. Nós não podemos desmoralizar esse conselho, como alguns deputados querem fazer. Talvez até sem intenção. Eu sou um defensor da Casa e eu defendo, quando posso, o trabalho da deputada Monica Seixas. Entendo que ela é uma guerreira, mas me desculpe. Receber admissibilidade neste procedimento é mais do que banalizar: é desmoralizar esta Comissão. E leio uma faixa em que dizem “não vão calar as mulheres pretas”. Para quem não sabe, eu quero assumir aqui: o pai do meu pai era negro. (Vozes sobrepostas.) Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, eu queria, por favor, enquanto o deputado fala...

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Hoje nós estamos em uma comissão, ou estamos num circo? A mãe da minha mãe era negra. E eu tenho orgulho de ser afrodescendente e orgulho de ter sido o primeiro político neste país a criar um departamento afro, no então PTB. O que distingue as pessoas não é a cor, é o caráter. Eu vejo falsos negros, deputados, defenderem aquilo que eles não acreditam. É por isso que eu faço questão absoluta de assumir a responsabilidade de votar contra a admissibilidade desse procedimento. E não há, na minha vida, nenhum momento que eu tenha cedido a pressões, venham de onde vierem. E quanto mais pressão, eu mais gosto. Eu nasci para ser pressionado. Por isso, por favor, pressione. Pressione mesmo, que aí eu vou ter motivos mais íntimos ainda para julgar falsos defensores de quem merece respeito. Portanto, Sra. Presidente, sou contrário que seja admitido esse procedimento.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra, o deputado Altair Moraes. Como o senhor está substituto, o senhor também tem dez minutos.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Ok. Presidente, eu só queria fazer uma pergunta: cabe inversão de pauta ou não? Eu queria pedir para pautar logo o do deputado Wellington, do Item 5.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Só se houver concordância de todos os membros da...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Sim, mas eu queria perguntar...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem, presidente, a gente está no meio de um item, deveria ser no final do... (Vozes sobrepostas.)

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Sra. Presidente, eu não concordo.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Excelência, eu não vejo razão para inversão. (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Só uma pergunta, presidente, só uma pergunta, se cabe ou não. É só isso.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desde que haja a concordância de todos os membros, poderá ser, mas nós estamos ainda em votação da primeira pauta.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Depois da votação. Depois da votação, então, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, não havendo mais nenhum deputado...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Quem? O deputado Enio Tatto.

SR. ENIO LULA TATTO - PT - Trinta segundos. Eu acho que nós temos itens aqui na pauta com muito mais importância, muito mais graves e que, daí, eu queria discutir. Eu acho que esse caso aqui, sinceramente, não é caso de admissão de quebra de decoro parlamentar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Bom, então vamos. Se não tiver mais algum deputado que queira se manifestar, então vamos colocar em votação. Como vota a admissibilidade do processo da deputada Monica da Mandata Ativista contra o deputado Gilmaci Santos? Como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Eu voto contra a admissão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vocês vão computando? Como vota o deputado Enio Tatto?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Wellington Moura?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Desculpa.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ah, não, desculpe, o deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Totalmente contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Delegado Olim?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota a deputada Erica Malunguinho? (Pausa.) Não está presente. Como vota o deputado Campos Machado?

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Votou contra. Como vota a deputada Marina Helou?

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Por esse processo, eu voto contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Barros Munhoz?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Voto contra esse processo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Estevam Galvão?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Contra, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu voto pela admissibilidade, não por concordar ou discordar, e nem por pré-julgamento, mas para que ele possa ser elevado para um parecer oportunamente. Por quanto? (Vozes sobrepostas.) Por oito votos a um, não vai prosseguir. Não foi admitido esse processo. Vamos... (Vozes sobrepostas.) Vamos ao item.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem. Eu pediria...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Põe eles para fora.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu peço, por favor, para que nós não tivéssemos que tomar uma medida desagradável, que vocês pudessem, por favor, manter o silêncio durante a votação.

Item 4. Processo RGL 5.457...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem. Quem?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu queria saber se há acordo com os com os pares para fazer essa inversão de pauta. Vocês permitem?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Não, não há acordo, vamos seguir a pauta.
(Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Item 4.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - É um a um, não é? É só o Tatto que vota, o resto não?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, é quatro.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Presidente?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpe. Pois não?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Então não há acordo aqui?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, não houve concordância. Então, vamos ao Item 4. Processo RGL 5.457, de autoria da deputada Valeria Bolsonaro.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Presidente, pela ordem, presidente. Desculpa. Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pois não, deputado?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Essa inversão de pauta. Tem que ser todas ou pode fazer uma votação para inversão de pauta? Nominal. É isso que eu queria saber.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Mas se não houver unanimidade, nós não podemos...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Estou perguntando se pode haver uma votação para inversão de pauta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não é o caso neste momento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Presidente, me permite?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pois não, deputado Barros?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A senhora tem plenos poderes para tomar uma decisão sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nós vamos seguir a pauta que está aqui, por favor.

Item 4. Processo RGL 5.457, de 2022, de autoria da deputada Valeria Bolsonaro contra o deputado José Américo por quebra de decoro parlamentar. Em discussão, a doutora Ana Beatriz tem dez minutos para fazer essa defesa.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Vossa Excelência, vai fazer defesa antes da admissibilidade?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - Pela ordem, presidente. É exatamente isso que eu gostaria de questionar.

A SRA. ANA BEATRIZ - É a defesa prévia, não é a defesa de mérito.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Sim, mas... (Vozes sobrepostas.) Mesmo a defesa prévia, Exa., ela tem que ser feita após a admissibilidade.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - É, esse é o meu entendimento.

A SRA. ANA BEATRIZ - Não necessariamente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputados, eu prefiro que fosse dada oportunidade à deputada pelo princípio da ampla defesa. Então, por favor, eu dou a palavra à advogada Ana Beatriz.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - Mas, presidente... Pela ordem, presidente. Por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputada Valeria.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - Eu não estou com o meu advogado aqui.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Mas a senhora pode se defender no seu momento.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - Mas eu não estou com o meu advogado aqui para que ele possa me orientar, e se a advogada vai falar no lugar, eu tenho que ter o meu advogado aqui.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Mas a senhora mesma pode se defender.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - Não, eu prefiro. Se é advogado, tem que ter advogado. (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - É justo, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - (Vozes sobrepostas.) Deixa eu ler para a senhora o seguinte: na ausência de apresentação de manifestação prévia, será dada aos denunciados ou representados a oportunidade de se manifestarem oralmente na reunião do colegiado para discussão e decisão acerca do

recebimento da denúncia. Então, tanto a senhora quanto o deputado José Américo, através da advogada, têm dez minutos para se manifestarem.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - E não precisa ter admissibilidade?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É o Regimento, deputada. Não fui eu que fiz o Regimento. O Regimento existe e contém esse problema. E na impossibilidade de compromisso pessoal, o denunciado ou representado poderá autorizar, por meio de procuração, que terceiro o faça em seu nome, sendo a procuração escrita dispensada quando a manifestação prévia for realizada por parlamentar, bastando também a comunicação ao presidente do conselho. A deputada solicitou...

A SRA. ANA BEATRIZ - Advogada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Advogada, desculpe. Advogada. Então...

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu li o Regimento. (Vozes sobrepostas.) Por favor, com a palavra...

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - Só um questionamento.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pois não?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - Depois que a advogada fizer, aí quando chegar...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A senhora tem dez minutos.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - Está legal. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Campos.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Sra. Presidente, todo esse tempo, nunca houve manifestação de representado no procedimento da admissibilidade. (Vozes sobrepostas.) A deputada Valeria Bolsonaro, ela, acompanhando anos e anos desta Comissão, ela desconhecia o fato. Ela foi pega de surpresa, senão ela teria trazido um advogado. O Direito não é, desculpe, como a gente entende. Existe a palavra “interpretação”. Eu não gosto de me portar como advogado aqui nesta Assembleia, me porto como deputado. E, como deputado, eu vejo que não foi dado à deputada Valeria Bolsonaro o direito de se fazer representar por um advogado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Campos... Por favor, deputado. No caso do deputado Arthur do Val foi a mesma coisa, nós não vamos poder tirar o direito ou mudar a regra.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Na admissibilidade não, Sra. Presidente.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Você me permite um aparte?

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Não, tudo bem, Sra. Presidente. Como eu vejo que algumas manifestações contrariam toda a história da Casa, vou fazer de conta que eu não falei nada. Melhor. Obrigado, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então com a palavra a advogada, doutora Ana Beatriz, e depois a palavra à deputada Valeria Bolsonaro.

A SRA. ANA BEATRIZ - Eu gostaria que, antes de fazer a representação, fosse exibido o vídeo que eu apresentei na Audiofonia.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

A SRA. ANA BEATRIZ - Sra. Presidente, deputada Maria Lúcia Amary, senhores deputados e deputadas, membros deste nobre Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, trata-se de uma defesa prévia oferecida nesta oportunidade pelo deputado José Américo contra a denúncia ofertada pela deputada Valeria Bolsonaro, objeto do processo RGL 5.457, de 2022. Em suma, a representante entende ter havido quebra de decoro parlamentar por suposta infração a vários artigos que estão elencados na peça escrita, previstos no Código de Ética e Decoro, e que essa prática teria ocorrido durante a realização da 12ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 17 de maio deste ano, onde, segundo a representante, o deputado José Américo utilizou-se de expressões atentatórias ao decoro parlamentar, as quais teriam ofendido-lhe a honra. Disse que o representado havia xingado-lhe e que o mesmo havia sido misógino quando criticou a doutora Nise, que também ofendeu-lhe por ter o sobrenome Bolsonaro. Em razão disso e de todo o exposto em sua peça formalmente apresentada nesta Comissão, pede o acolhimento da representação com aplicação da pena de censura contra o representado. É o breve relato. Improcede a inicial da denúncia, é isso, que os fatos narrados não representam a realidade dos fatos, e o que se espera aqui é que seja exercido o juízo de admissibilidade, a fim de não instaurar ou regular prosseguimento. Por que? Porque há ausência de tipicidade, falta de pressupostos para essa admissibilidade. Não há que se falar em caracterização de infração. Uma simples passagem de olhos no vídeo apresentado nos indica de onde partiram as provocações, que, diga-se de passagem, tiveram início no final da Sessão Extraordinária, quando o representado estava declarando o seu voto no processo ético sobre a cassação do deputado Arthur do Val.

O que ocorreu, na verdade, senhores parlamentares, é que, logo após a declaração do voto do deputado José Américo naquela ocasião, a representante o interpelou aos gritos dizendo que estranhava seu argumento para a cassação de Arthur, já que ele havia sido misógino quando criticou a doutora Nise, acusando-a de charlatanismo. Só que o representado limitou-se a dizer que estas palavras não podem ser caracterizadas como misóginas e que podem ser usadas tanto contra homens como contra mulheres, e que fazer uma crítica contra a doutora Nise não caracterizaria um ataque machista, além de que este assunto já havia sido encerrado por arquivamento perante esta Comissão. Ressalta-se que a deputada, fora de si, suscitou o assunto objeto de processo já arquivado por V. Exa.,

colocando em xeque a imparcialidade e a boa-fé dos membros desta Comissão em atitude antiética e bastante temerária, pois as ofensas foram não só contra o representado, mas contra todos os membros desta Comissão e deste Parlamento. Então, na oportunidade, o deputado José Américo representou a deputada Valeria Bolsonaro em autos apartados, e a inicial e os documentos que acompanham foram autuados no processo de numeração 5.580; inclusive, é objeto da pauta no item 8 de hoje. Quanto ao uso do sobrenome Bolsonaro, em momento algum quis ofendê-la por ter adotado o sobrenome que lhe é legítimo, até por conta do casamento. Mas por isso não poderia arvorar-se como representante da família presidencial e se comportar com atitudes intimidativas, ofensivas, como fez na data dos fatos, vangloriando-se, inclusive, dessa postura.

Verifica-se nesses autos uma inversão de fatos, pois o ofendido, sem sombra de dúvida, foi o representado, que foi intimidado e ridicularizado pela representante ao chamá-lo de velho, sem o mínimo respeito quando se reportou aos cabelos brancos. Tentando cavar uma atitude de desrespeito num verdadeiro ataque, inclusive tentativa de ataque físico, onde precisou a representante ser contida pelos parlamentares colegas que lá se encontravam, na noite dos fatos. O vídeo é bastante claro para comprovar essas alegações. Dentre as várias expressões utilizadas, destacam-se: “vai ter que nascer de novo, porque os cabelos brancos dele não deixam ele entender”; “quero ver se você é homem, mesmo. Vem cá machão, vem aqui mostrar o quanto você é machão”. Por derradeiro, frisa-se que a representante mantém-se orgulhosa das atitudes destemidas, mandando inúmeros recados para o deputado José Américo, inclusive através de redes sociais. Então, por tudo isso, e reiterando-se os exatos termos da defesa prévia - que, repita-se, é uma defesa escrita e que foi apresentada tempestivamente via protocolo online, nos termos regimentais desta casa - é que aguarda-se de V. Exa. que seja exercido o juízo prévio de inadmissibilidade, com o fim de se arquivar a presente denúncia por ausência de tipicidade que possa ensejar o regular prosseguimento do feito.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra, deputada Valeria Bolsonaro. Lembrando, deputado Campos Machado, que foi dado o direito ao deputado Gilmaci Santos de se manifestar e fazer a defesa dele. Então, pela lógica, vamos permitir também para a deputada Valeria Bolsonaro.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - Boa tarde a todos. Presidente, o deputado Gilmaci é advogado, também? Não, não é? Pois é. A diferença é essa. Só isso

que eu questionei. Entendeu? Porque se eu soubesse que a gente poderia trazer o advogado antes da admissibilidade, eu traria o meu jurídico também, então o questionamento permanece. Mas ok, vou aqui fazer, assim como fez o deputado Gilmaci. Bom, começando com o que a advogada colocou, começa que esse vídeo que ela mostrou é um vídeo que foi feito pelo meu colega aqui, que está aqui ao meu lado, que foi o deputado Gil Diniz. Isso foi feito no final já da discussão, porque os fatos na realidade foram muito simples: o deputado fez a votação, eu estava sentada e quando ele voltou - porque eu estava de frente para o microfone, realmente - eu questionei, eu falei: “interessante o senhor falar em fim de misoginia depois do que o senhor falou contra a doutora Nise Yamaguchi”. E ele, com o dedo no meu rosto - porque ele estava de pé e eu estava sentada - ele colocou o dedo no meu rosto e falou: “você está reclamando porque você perdeu no Conselho de Ética”. E aí, eu retruquei: “sim” - lógico que eu retruquei e falei: “tire o dedo do meu nariz, o senhor está pensando que está falando com quem?” E ele, novamente, com o dedo em cima de mim, porque eu permaneci sentada, começou a falar: “você perdeu no Conselho de Ética, você está com raiva” e que não sei o quê.

Aí eu me levantei. Em nenhum momento ofereci qualquer tipo de agressão física, muito pelo contrário. Só que o deputado não foi dessa bondade que a advogada colocou. As palavras do deputado foram: “a senhora é uma safada que usa um sobrenome que não é seu e sua família de milicianos será presa”. Então, diante dessas palavras tão doces colocadas pelo nobre deputado, eu acho que a gente tem que fazer a admissibilidade, sim, para que nós consigamos conversar sobre esse tipo de coisa, porque quando eu falei sobre a misoginia seletiva que está havendo aqui dentro, realmente, ela é muito grave, porque o deputado ainda reiterou: “a doutora Nise é uma picareta, sim”. Eu falei: “mas o senhor não pediu desculpas?”. “É, mas ela é uma picareta”. Então, assim, o deputado foi extremamente machista. Ele estava me intimidando e me acuando enquanto ele estava de pé e eu sentada. O deputado Gil, depois que viu a situação, no final, começou a filmar. Aí eu já estava de pé, sim, e falando para ele: “o senhor está pensando que está falando com quem? Vai dar uma de machão? Quero ver se é homem mesmo”. E falei mesmo, porque jamais vou admitir e está para nascer, reitero, está para nascer o homem com cabelo branco, preto, azul, vermelho que vai tentar me intimidar.

Então, nós vamos conversar sobre isso e eu creio aqui que os deputados vão aceitar admissibilidade deste processo para que a gente possa resolver, de uma vez por todas, que não é bem assim que se trata uma mulher aqui dentro. Não é no grito, não é colocando dedo no rosto. Vou pedir as imagens. Vim totalmente despreparada, confesso aqui a

minha falta de conhecimento do Regimento. Vim totalmente despreparada, mas já encaminhei... Acabei de protocolar os vídeos, assim como o deputado Gilmaci fez, da Casa e da Polícia Militar para que a gente possa acompanhar desde o início, e não pegar a parte que favorece o deputado, que foi ali tirado, porque todo mundo viu o quanto ele estava sendo misógino, indelicado e totalmente machista. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Bom, eu quero citar a presença do deputado Gil Diniz, Alex Madureira, a deputada Monica Seixas, o deputado Tenente Nascimento. Mais algum deputado a se manifestar? Se não, vamos colocar em votação.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Campos Machado.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O deputado Enio pediu antes?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pode ir.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pode? O deputado Campos, então.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Sra. Presidente, lá vem eu falar o que eu não queria falar. Pelo princípio, deputado Barros Munhoz, da economicidade, nós temos dois itens: o Item 4 e o Item 8.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Podia juntar, não é?

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - E vou repetir: pelo princípio da economicidade, V. Exa. poderia fazer uma consulta à Comissão se não seria o caso de recusar a admissibilidade dos dois procedimentos.

O SR. - É diferente.

O SR. - São diferentes.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - São dois fatos idênticos, praticamente idênticos. Dois deputados que interessam ao nosso respeito, mas praticamente idênticos. Gostaria que vocês consultassem a procuradoria.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pela ordem, Sra. Presidente. Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quando foi distribuída essa pauta de hoje? Quando foi entregue aos deputados essa pauta de hoje?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sexta-feira.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sexta-feira?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sexta.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ok.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Bom, deputado Campos Machado, respondendo ao senhor: como na verdade é o deputado contra a deputada, e depois a deputada contra ele, eu não acho que seja oportuno nós fazermos a juntada dos processos, porque cada um faz uma alegação. Então, vamos colocar em votação esse projeto...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem. Desculpe, deputado Enio.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - São processos diferentes, aí não dá para juntar, não é? A causa é a mesma, mas os processos são diferentes. Mas, Sra. Presidente, isso aqui é recorrente, não é? Essa discussão da deputada Valeria, com todo respeito, e do José Américo. Lá atrás aconteceu isso. Houve um processo, foi avaliado por este Conselho de Ética e foi arquivado. E eu também acho que isso aqui realmente é uma banalização das representações, com respeito aos dois, e nós vamos chegar no Item 8 e eu terei o mesmo procedimento e o mesmo comportamento. Então, acho que os dois casos são casos de se arquivar...

SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Parabéns, Enio. Parabéns e vamos votar.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - E não ter mais delongas sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Mas eles precisam ser votados, não é? Então, vamos colocar em votação o processo RGL da deputada Valeria Bolsonaro contra o deputado José Américo por quebra de decoro parlamentar. Como vota, deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Sou contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Enio Tatto?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Barros Munhoz?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sou contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Wellington Moura? Desculpe, o deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu devo estar parecendo muito com ele.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - (Risos.) Não, desculpa.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu me sinto honrado, eu gosto do Wellington. Sou contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Delegado Olim?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Diferente do PT, eu voto não.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota a deputada Erica Malunguinho? Não está presente. (Pausa.) Deputado Campos Machado?

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Eu votei contra, já.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota a deputada Marina Helou?

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Voto contra e oportunamente vou me manifestar a respeito.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Estevam Galvão?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Contra, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu voto a favor, por conta de manter minha coerência. Por oito votos a um, não foi dado prosseguimento a este processo. Vamos então ao Item 5. O processo RGL 5.458, de autoria da deputada Monica da Mandata Ativista, na qual aprovada...

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Pela ordem, presidente. A senhora vai anunciar o resultado ou não?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu já falei.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por oito votos a um. Da deputada Monica da Mandata Ativista, no qual foi aprovada a juntada do processo RGL 5.522, de autoria da deputada Márcia Lia, contra o deputado Wellington Moura. Algum deputado deseja se manifestar? Se não, vamos colocar em votação...

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Pela ordem, presidente. Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - À deputada Monica Seixas a palavra.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Eu queria debater, mas também avisar que o meu jurídico reivindicou defesa... a inscrição pela defesa da nossa ação. Ok?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A deputada está presente? Quem é a advogada?

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Renata Cezar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, então, advogada.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Ok. Primeiro eu posso adiantar...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A senhora tem dez minutos, ou a advogada ou a senhora... se a senhora quiser dividir o tempo, mas é dez minutos para a sua defesa.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Ok, então eu vou...

O SR. GIL DINIZ - PL- Questão de ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Quem?

O SR. GIL DINIZ - PL - Deputado Gil Diniz, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, o deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PL - Só uma dúvida. A deputada Márcia Lia, que fez a representação contra o deputado Wellington Moura. Não seria a deputada Márcia Lia e seu advogado que teriam o direito de fazer aqui a representação? Com a deputada Monica, que não pertence ao Conselho, não seriam cinco minutos regimentais para fazer a discussão, não a discussão da admissibilidade, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Passou o tempo, deputado, foram votadas a juntada dos dois processos, então não há mais como discutir essa questão. Então, com a palavra a advogada... como é o nome da advogada?

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Renata Cezar. Mas eu vou dar início, se a senhora me permite.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Renata Cezar. É, pois não?

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Bom, primeiro eu vou começar falando de um outro tema. Eu não estive presente aqui na sessão quando ela se iniciou, em que estava em pauta uma advertência ao meu mandato sobre uma sessão que eu estive presente, votei com a câmara aberta, fiz defesa do projeto - um projeto, inclusive, de coautoria da deputada Maria Lúcia Amary e outros nós presentes -, estava votando com a câmara aberta e transmitia ao vivo a votação com o meu coletivo, com o grupo coletivo. Entendi e respeito, foi o que eu coloquei na justificativa enviada recentemente, a decisão do colegiado, que me advertiu para que não mais o faça por não reconhecer os mandatos coletivos. Aceito, aceito e não mais o farei, embora não haja fraude porque eu votei com a câmara aberta, fiz fala e defendi o projeto durante a sessão. Falo isso porque a gente está diante de uma série de irrepetíveis denúncias por causa de agressão contra mulheres parlamentares nesta Casa. A violência política de gênero escalona a ponto de impedir que mulheres parlamentares exerçam o seu papel e o seu dever. Agora, antes da minha começar, o deputado Gil Diniz fez uma questão de ordem e eu aguardei que ele apresentasse a sua questão de ordem por reconhecer que questão de ordem é um dispositivo regimental dado aos eleitos para que possam questionar a ordem da sessão. Tem hierarquia. Significa que ele vai apontar que algo está duvidoso e fugindo do Regimento, motivo pelo qual a deputada Presidente Maria Lúcia Amary prontamente o atendeu e o respondeu em sua dúvida. São parlamentares eleitos no exercício da sua função. Por falar em violência política de gênero, eu devo ressaltar que essa não é uma atribuição que acontece muitas vezes comigo e com as mulheres desta Casa. Pedir questão de ordem, muitas vezes, nos é negado. E é negado com violência desproporcional ao pedido. A gente pede para falar e a gente é agredida na nossa intimidade. Eu chamo de desonesto, eu digo que discordo, posso chamar de ineficiente. Nós somos chamadas de loucas, dizem que a gente não conhece o Regimento, mandam cortar o microfone, pedem para tirar do Parlamento... olha que grave uma parlamentar eleita ser convidada a se retirar do Parlamento por fazer uma questão de ordem. Imagina se isso acontecesse agora com o senhor? Mas não vai acontecer e faço apreço para que todos os seus dispositivos

sejam regimentais lhes sejam assegurados. E quando reclamado, vão colocar um cabresto na boca da parlamentar.

Quero fazer aqui um pequeno resgate da minha trajetória nesta Casa. Fui líder parlamentar de bancada, extremamente atuante na oposição, fiz diversas vezes uso exemplar do Regimento - acho que quem acompanha sabe o quanto sou dedicada -, faço oposição e obstrução e, recentemente, passei a ser atacada por conta da minha condição de adoecimento assumida. Chamar de louca é uma violência de gênero. Desmerecer quando aponta uma revolta é uma violência de gênero. Se é uma opção deste colegiado não acolher e não impedir (nem que seja com a advertência que hoje resolveu dar a mim) violências desse tipo, eu acato e acolho. Mas o que está acontecendo está escalonando a ponto de impedir que nós, mulheres, exerçamos aqui o papel para que fomos eleitas. Me mandar tomar tarja preta é uma violência que me impede de ficar no plenário. Aproximar com o dedo em riste, chamar de louca, é uma violência que me impede de ficar no plenário. Mas dizer que vai colocar um cabresto na minha boca é impedir que eu exerça o papel para o qual eu fui eleita. Cabresto faz uma referência a uma tática usada amplamente na escravidão para impedir que negros e negras se manifestassem, comessem e bebessem. Eu pedi uma questão de ordem e fui acusada de estar atrapalhando a sessão. Eu pedi uma questão de ordem. Eu falo: “Presidente, uma questão de ordem”. “Presidente, uma questão de ordem”. Fui denunciar uma transfobia, recebi: “retirem-na do plenário, porque atrapalha a sessão”. Fui denunciar o machismo e recebi racismo: “Vou colocar um cabresto na sua boca”. Eu quero dizer, com isso, que eu não preciso provar nada. Gilmaci assumiu que me chamou de menininha louca. Valeria estava presente quando me mandaram...

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Desculpe, menininha não. Menina.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Interromper a fala não é regimental, parlamentar. Por menos eu seria convidada a me retirar do plenário. Eu sei que o senhor goza aqui do apreço dos seus colegas, mas interromper a fala da colega não é regimental. Me chamar de menina é me reduzir na minha condição de parlamentar eleita. Eu gostaria que o senhor me chamasse de V. Exa. ou de senhora, da mesma forma que eu me refiro ao senhor e o que é regimental. (Aplausos.) Eu o trato da forma regimental e gostaria de ser tratada da mesma forma.

Se esse colegiado opta por não advertir a escalada de violência, eu quero dizer que precisa parar de ser conivente com a distorção do uso regimental para assegurar os mandatos das mulheres aqui eleitas. Ninguém vai colocar cabresto em mim. Esta Casa não pode ser conivente com o racismo e mais uma vez eu digo: estamos sendo violentadas com a conivência do corporativismo machista desta Casa. E não adianta dizer “eu não sou machista” ou “não sou racista”, é preciso tomar...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada, só para lembrar que faltam três minutos.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - É preciso tomar ações que inibam esse tipo de coisa. Por exemplo, impedir que homens nos interrompam quando a gente fala e assegurar a nós o direito regimental à fala. Acolher as nossas questões de ordem quando a gente apresenta. Usar a nós o pronome previsto no Código de Ética da Casa. Não nos ofender em razão de gênero, raça, classe... Eu não sou louca. Eu estou incomodada com o que está acontecendo nesta Casa e não vão me colocar cabresto, porque eu fui eleita, mas eu acho que este caso é grave porque não é um caso isolado. E, como a gente vê aqui, se sentem confortáveis para continuar violentando o meu direito de parlamentar eleita, porque não há punição alguma, a exemplo do que fizeram comigo hoje. E eu digo: fui violentada e saio daqui hoje punida ao mesmo tempo que parece que há um corporativismo para impedir a defesa da vida e da permanência das mulheres nesta Casa. (Aplausos.)

A SRA. RENATA CEZAR - Boa tarde a todos e todas, todes, presentes. Gostaria de lembrar aqui que hoje neste Conselho nós estamos votando a admissibilidade do caso. Não estamos aqui ainda para discutir o mérito, mas gostaria de lembrar aos senhores parlamentares que estão aqui para votar que hoje a mesma Casa que puniu machistas também deve permitir que o processo transcorra, porque nós não permitiremos ações racistas, transfóbicas nem machistas nessa Casa. Então, estamos aqui para lembrá-los que o deputado Wellington Moura...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Questão de ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não pode interromper, por favor.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Mas como ela vem aqui falar que nós que nós já defendemos machistas? De onde ela tirou isso?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, ela está perdendo o tempo dela.

A SRA. RENATA CEZAR - Eu disse a mesma Casa que puniu.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - O problema é dela, ela vai perder o... (Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. RENATA CEZAR - Gostaria do meu tempo devolvido, por gentileza. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado. (Vozes sobrepostas.) Deputado, por favor. (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - (Inaudível.)

A SRA. RENATA CEZAR - Gostaria do meu tempo devolvido, por gentileza, deputado. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Problema dela não, não é? Ela está no uso estrito para a fala dela.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Agora pode ofender?

A SRA. RENATA CEZAR - Sra. Presidente, gostaria de ter o meu tempo devolvido.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra, doutora Renata Cezar.

A SRA. RENATA CEZAR - Como eu estava dizendo, esta Casa já puniu machistas, haja vista o último caso que tivemos repercussão aqui, do ex-deputado Arthur do Val, e hoje nós estamos aqui para deliberar a admissibilidade. Então, eu convoco os senhores para que deixem transcorrer esse processo e para que nos autos nós possamos comprovar as falas racistas do deputado Wellington Moura, como amplamente já divulgado tanto aqui nesta Casa quanto na mídia. Colocar cabresto na boca de uma mulher negra é silenciá-la, assim como faziam os escravocratas. A escravidão já acabou faz muito tempo; recentemente, em 13 de maio, nós tivemos aquela falsa comemoração da falsa abolição, mas nós esperamos que esta Casa aja com justiça, com dignidade e honrando todos os juramentos que os senhores fizeram aqui. Porque racistas não passarão e nós comprovaremos no decurso deste processo. Muito obrigada.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra. Presidente.
Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Enio Tatto e depois o deputado Douglas.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, eu peço silêncio. Por favor.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra o deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Para discutir, Sra. Presidente. Esse caso aqui é totalmente diferente dos demais. “A senhora merece. Vou sempre colocar um cabresto na sua fala. E no momento que eu estiver ali, na Presidência, vou sempre colocar um cabresto na sua boca”. Então, é muito difícil a gente não admitir um caso desse, porque o deputado Wellington Moura foi de uma infelicidade, de um preconceito, não é? De um machismo exagerado. E ele repetiu. Ele teve tempo, deputado Gil Diniz, de rever, de pedir desculpa, pedir para tirar dos Anais da Casa naquele mesmo dia, e ele fez totalmente o contrário. Ele voltou no microfone e reafirmou o que ele falou. E ele usou, ainda, “toda vez que eu estiver presidindo a sessão”, cargo maior desse Parlamento e do Poder Legislativo, de todos os poderes legislativos. Então, me passa uma ideia de que o deputado Wellington Moura falou com muita convicção e que é realmente o que ele pensa, porque foi colocado que o cabresto se colocava na época da escravidão para as pessoas não opinarem. Mas eu vim do interior, cheguei em São Paulo com 18 anos, trabalhei na roça. O deputado Barros, o deputado Adalberto, acho que conhecem muito bem essas histórias. Vocês sabem em quem que a gente colocava cabresto lá na roça? A gente colocava nos animais. E eu coloquei diversas vezes, mas eu coloquei em cavalo. Eu coloquei em égua. Eu coloquei em burro, em mula, em boi, em vaca. Só para vocês saberem da dimensão do palavreado do deputado Wellington Moura. E ele repetiu. Então, ele falou com muita convicção. Eu acho que uma das maiores agressões depois daquela do Mamãe Falei foi essa agressão do deputado Wellington Moura. Então, vou ficar por aqui, porque depois eu tenho certeza de que nós vamos admitir essa representação e a gente vai aprofundar e a gente vai discutir, dando todo o direito de defesa a ambas as partes. Mas eu acho que é um caso que não dá para admitir que o Conselho de Ética da Assembleia Legislativa não admita uma representação como essa. Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Douglas, o senhor quer se manifestar?

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Sim, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Cinco minutos, porque o senhor não é membro do Conselho.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, eu estive presente no momento dos fatos e posso testemunhar a favor do deputado Wellington Moura. Infelizmente, infelizmente tem um deputado negro falando, tem um deputado preto falando, então eu peço por gentileza que vocês não atrapalhem o deputado preto. Meu mandato é legítimo, eu sou negro... Vocês vieram aqui para defender os negros, então o mínimo que vocês têm que fazer é ficar quieto. Sra. Presidente, infelizmente a deputada Monica utilizou...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra o deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Muito obrigado, Sra. Presidente. Infelizmente, a deputada Monica mais uma vez está utilizando as ferramentas desta Assembleia para instrumentalizar as suas questões ideológicas. Não se trata de “meu Deus, o deputado Wellington Moura foi racista”. O deputado Wellington Moura já interveio diversas vezes em diversos discursos de deputados que estavam, infelizmente, em minoria aqui na Casa - graças a Deus por isso - tumultuando os trabalhos da Assembleia Legislativa. Naquele momento em que a deputada Monica fez a questão de ordem, ela não fez objetivamente a qual questão de ordem do Regimento Interno ou de qualquer outra lei ela se referia para atrapalhar o meu discurso. Ela simplesmente chegou lá e começou a falar asneiras ideológicas. Então, o deputado Wellington Moura percebeu e pediu para que a deputada, de acordo com o que manda o Regimento Interno - inclusive, o próprio Regimento Interno prevê a solicitação da retirada do deputado que está tumultuando os trabalhos de dentro do Plenário; é o próprio Regimento que prevê isso. A atitude do deputado Wellington Moura foi uma atitude legítima, baseada pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Talvez pudesse ter utilizado qualquer outra palavra, porém a sua ação foi legítima, uma vez que a deputada Monica é conhecida por ser uma deputada que tumultua os trabalhos da Casa, por ser uma deputada que acusa qualquer

um de machista, por ser uma deputada que acusa qualquer um de racista etc. Os gritos da oposição, Sra. Presidente, querem me calar. Eu vou falar, sim, porque eu fui eleito para falar. Eu, com todo respeito aos meus pares aqui na Assembleia Legislativa, fui eleito quando ainda morava em uma favela. Sou cria do Buraco do Sapo, preto, gay - homossexual, sim! E eu sou cria de lá, e vou falar porque fui eleito para falar. Então, eu estou aqui para representar toda aquela população que, infelizmente, não se sente representada por parte de uma militância pequena, chata, insuportável que quer simplesmente problematizar tudo, trazer os problemas aqui para Assembleia Legislativa de questões ideológicas que nada têm a ver com a realidade. A deputada Monica está fazendo isso porque este ano é ano eleitoral e ela precisa se aparecer de alguma forma. Então ela encontrou, através do deputado Wellington Moura, uma forma de querer se aparecer aqui na Assembleia Legislativa. Não existe absolutamente nenhum tipo de comportamento ilícito por parte do deputado Wellington Moura, tanto é que ele é vice-presidente desta Casa. E para ser vice-presidente da Assembleia você precisa ter um trânsito bom com os demais deputados, você precisa conversar com os demais deputados. O Wellington Moura, eu tenho certeza absoluta de que ele teria agido assim com qualquer outro deputado, independentemente se é branco, se é preto... independentemente se é gay, se é trans... independente do que seja. O deputado Wellington Moura estava querendo apenas fazer com que os trabalhos fossem direcionados e bem direcionados. E com todo respeito, deputado Enio Tatto, V. Exa. disse que uma das coisas piores que aconteceu após o caso do deputado Arthur do Val foi o caso do deputado Wellington Moura. Não é verdade. Vossa Excelência mesmo disse que a deputada Janaina Pascoal sentou no colo do governador, e isso é machismo. Isso é uma atitude machista. Isso é uma atitude que não pode passar barato e que, infelizmente, não foi apreciada por este Conselho de Ética. Então, não sei se V. Exa., de repente, é a melhor pessoa para poder qualificar aquilo que pode ser considerado falta de ética ou não neste Conselho. Então eu tenho fé de que os membros do Conselho desta Assembleia Legislativa irão se debruçar a respeito desse tema e irão fazer com que isso seja imediatamente arquivado. Essa é a minha fala, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra, deputado Barros Munhoz.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, nós não vamos transformar isso num debate aqui.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Não, ele citou meu nome, me agrediu. (Vozes sobrepostas.) Ele falou uma mentira. Eu quero que ele pegue qualquer vídeo desta Casa em que tenha aquilo que ele falou que eu falei.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra... Pois não, deputado Altair?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu tinha pedido pela ordem depois do Douglas Garcia, mas se o meu amigo deputado...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, mas tem o deputado Barros, que pediu antes, depois o deputado Campos. Então desculpe, mas eles anotaram nessa ordem.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu tinha pedido assim que ele pediu.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, desculpa.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Mas ok. Não, eu abro mão com meus amigos decanos aqui, que eu respeito muito.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Eu também peço inscrição.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então o deputado Barros, depois o deputado Altair e depois o deputado Campos.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - É, eu me inscrevi.

E agora a deputada Marina. Pois não?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ok. Eu gostaria, em primeiro lugar, de concordar com o deputado Campos Machado quando ele fala que nós estamos transformando as questões parlamentares em questões menores e apequenando a nobre função do Conselho de Ética. É tanto assim, e, se me permite, presidente, eu vou discordar da sua posição de votar sempre pela admissibilidade, porque às vezes tem alguns absurdos que são acolhidos quando se adota essa postura de 100% de admissibilidade. Eu entendo que tem coisas que não podem ser admitidas, sob pena de a gente diminuir a nossa função, a nossa tarefa, a nossa missão. Esse é um Conselho de Ética que merece respeito. Agora, se a gente vai apequenando, apequenando, apequenando, daqui a pouco alguém tosse e vai para o Conselho de Ética, entendeu? A pessoa se engasga e vai para o Conselho de Ética. Agora, tanto assim, presidente, que eu estou vendo aqui um, dois, três, quatro, cinco... seis processos. Eu tenho impressão de que cinco não serão admitidos, pelo menos de minha parte, se eu posso já antecipar algum voto. Mas eu gostaria de dizer que nesse caso, realmente, esse caso é um caso diferente. Não há justificativa. Não há. É indefensável. Não defendo uma pena brutal, até porque o deputado Wellington Moura realmente merece o nosso respeito, a nossa consideração, mas entendo que ele extrapolou todos os limites. Todos os limites, certo? Assim como extrapolou, também, o deputado Frederico d'Avila. Todos os limites. Não se pode permitir uma situação dessa. Não se pode perdoar. Então, eu entendo que este processo tem que ser admitido. E entendo mais: que nós devemos aplicar a ele - o deputado Wellington - uma pena justa. Nós temos condições de fazer isso, nós podemos perfeitamente aplicar a ele uma pena justa, sendo o processo admitido. E eu gostaria de dizer que eu poderia falar muito mais, mas eu iria repetir. Eu iria repetir "ipsis litteris" tudo o que falou o deputado Enio Tatto. Efetivamente, a expressão usada não pode passar despercebida. E, efetivamente, o fato de ele ter voltado à tribuna e reiterado o seu comportamento torna o processo rigorosamente necessário.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra, o deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Presidente, eu passo para o Campos Machado. Falo depois dele, vou respeitar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Campos Machado com a palavra.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Eu quero, inicialmente, saudar a deputada Monica Seixas. Uma grande mulher que se fez por si própria, que se faz respeitar, foi uma grande líder, se impôs pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pela sua coragem. Eu sempre admirei as mulheres guerreiras, aquelas que enfrentam os desafios, aquelas que jamais deixaram de acreditar nas estrelas, aquelas mulheres que plantam sementes de sonhos. Acho que tem sido uma grande surpresa, tem sido uma grande deputada. Já disse isso na tribuna e repito aqui. Tenho um grande apreço pela senhora. Mas vou discordar dos meus irmãos Enio Tatto e Barros Munhoz. Conheço o deputado Wellington desde que ele chegou à Casa. É um pastor, é um homem de Deus, um homem de família. Conheci a sua família e vejo a maneira educada como ele sempre se portou, a maneira como se dirige aos seus familiares quando eu os encontro juntos, vejo o seu procedimento ético, e eu sempre medi um homem pela sua história. Uma pessoa só pode ser julgada pelo que fez ontem, porque o passado é a ponte que nos leva em direção ao presente e nos conduz em direção ao futuro. Pelo passado desses anos, posso afirmar que o deputado Wellington é um homem do bem. Um homem sério, que estava exercendo as funções de presidente. E ele reconhece que foi infeliz na sua fala, mas ele foi digno ao se retratar totalmente... O que quer dizer a palavra retratação, minha gente? Quem sabe definir o que é retratação? Não a retratação cinematográfica, a retratação no seu sentido amplo, no seu sentido filosófico. Uma pessoa tem que ter coragem cívica e alma para se retratar, e ele se retratou. Eu não quero ser o intérprete; todos entenderam ou, se não entenderam, é porque não quiseram. Ação, deputado Wellington. Ele não queria ofender a deputada Monica, tanto que pediu perdão, tanto é que foi se retratar. Ele foi se retratar. Retratação e perdão são coisas que caminham em estradas paralelas. Aqui não é igreja, mas é o templo da justiça. Quando um homem tem a coragem, a dignidade de admitir que foi infeliz numa fala e se retrata, pede perdão, se justifica, reconhece que foi infeliz, que não deveria ter dito o que disse, o que fazemos? O fuzilamos? O trucidamos? O matamos? Que exemplo? (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, peço para não haver manifestação, por favor.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Continua com a palavra o deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Presidente. pediria pelo menos o respeito à minha fala. O deputado Wellington não é do meu partido, não pertencemos à mesma igreja e sou do interior, deputado Enio Tatto, eu vim de uma cidade pequena como a sua. Todos entendemos - não queremos admitir, mas todos entendemos - que o deputado Wellington tinha uma outra intenção que não era a de magoar uma deputada da estatura moral da deputada Monica. Essa retratação... O homem tem que ter coragem e muita dignidade para se retratar. Aí disse alguém: “aqui não é igreja”. Aí digo eu: “aqui é a vida”. Em função da dignidade do ato do deputado Wellington em se retratar totalmente - não parcialmente, mas totalmente -, eu vou ao contrário das linhas seguidas pelos meus amigos e irmãos, o deputado Enio Tatto e o deputado Barros Munhoz, porque seria uma ofensa à palavra retratação se nós não aceitássemos quando alguém age com o coração e com a alma. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - É por isso que eu, às vezes, sou mal compreendido. Não sou bonzinho, não. Não aceito pressão, não. Estou agindo com a minha consciência, e a minha consciência me diz que a retratação do deputado Wellington merece respeito. O mesmo respeito que eu tenho e já firmei várias vezes com a deputada Monica.

O SR. - Quem tem que julgar é o Conselho de Ética.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - (Vozes sobrepostas.) Por isso eu quero deixar claro... Eu quero deixar claro aqui... (Vozes sobrepostas.)

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - (Vozes sobrepostas.) Por favor. Por favor.

O SR. GIL DINIZ - PL - Está na hora de pedir para retirar, presidente. Aí tem que retirar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu vou pedir mais uma vez para, por favor, não se manifestar, se não nós vamos ter que tomar outra medida, por favor. Continua. Para encerrar, deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Isso é um desrespeito com a senhora. A senhora falou quatro vezes e eles não atendem. Tem que tirar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor continue, deputado Campos Machado.

O SR. GIL DINIZ - PL - Deixa de ser ridículo, velho. Deixa de ser ridículo. Deixa o deputado, que é ancião aqui na Casa. O deputado deu a palavra, deixa de ser ridículo!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Gil, quem está presidindo aqui sou eu, não o senhor.

O SR. GIL DINIZ - PL - Então bota ordem aqui, presidente!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Me respeita, então, por favor.

O SR. GIL DINIZ - PL - Então põe ordem aqui, presidente!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - (Vozes sobrepostas). Aqui tem uma presidente que... (Inaudível.)

O SR. GIL DINIZ - PL - Então coloca ordem aqui! (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra o deputado Campos Machado para a conclusão.

O SR. GIL DINIZ - PL - (Vozes sobrepostas.) Porque não é possível, presidente.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Vai gritar com ela? (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu queria lembrar... (Vozes sobrepostas.) Eu quero lembrar aos deputados que nós temos oito itens para votar e nós estamos perdendo o tempo com discussões paralelas.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pelo amor de Deus, presidente, o deputado não consegue complementar o raciocínio. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Campos Machado, o senhor pode concluir?

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - A presidente também não consegue presidir porque o senhor está gritando com ela.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra, então, o deputado Campos. Deputado Campos Machado, já concluiu?

O SR. GIL DINIZ - PL - Por que você não toma a ofensa do coleguinha?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Gil! Eu vou cortar o microfone do deputado Gil, por favor. Por favor, cortar o microfone. O senhor não tem o direito de falar agora. Por favor, com a palavra o deputado Campos Machado.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Calma, Gil, calma. Tem presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Campos com a palavra.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Presidente, eu quero falar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Termina, então. Por favor, deputado, a conclusão.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Não concordem comigo, mas sejam educados, pelo menos. Manifesto aqui a minha posição. Desagrado alguns, mas agrado à minha consciência. Sou pelo não recebimento desse procedimento.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra a deputada Marina e lembrando, também, a presença do deputado Dirceu Dalben.

O SR. GIL DINIZ - PL - Quero me inscrever também, presidente, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Marina e depois o deputado Gil.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente, seria eu depois, não é?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpe.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Mas como eu não sou machista... (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, com a palavra deputado... desculpe, é que o senhor inverteu a ordem.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu quero que a deputada Marina fale, por favor.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, encerrando a deputada Marina, tem a palavra o deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Depois da senhora eu falo. Todos nós deputados aqui fomos chamados de machistas pela deputada Monica. Ela falou: todos são machistas.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu não sou machista.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, na sua palavra o senhor se manifesta. Por favor, deputada Marina.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pode falar, deputado, minha luta contra o machismo não passa por isso. Pode falar.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Não, por favor, eu faço questão. Por favor. Por respeito à senhora.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Obrigada. Vou falar brevemente então. Primeiro que eu quero discordar dos meus caros colegas aqui em relação à banalização do Comitê de Ética. O que acontece nesta Casa é que a gente está banalizando a falta de civilidade. Estamos banalizando o desrespeito e tornando esta Casa um lugar insalubre. O que tem acontecido aqui é completamente inaceitável, e o problema não é o Comitê de Ética nem as representações que a gente recebe aqui: o problema é a forma como a gente vem se comportando amplamente durante este mandato, e isso está muito comprovado pela atuação desse Comitê de Ética, que nunca foi tão requisitado na história. E aqui cabe um chamado para todos os deputados: que a gente possa refletir sobre o nosso papel de representação. Vou falar brevemente, assim, a todos os colegas deputados, sobre a violência à política de gênero, que é sim uma realidade. A gente viu aqui muitas dessas

cenar: intimidações, interrupções, dedos em riste, falas machistas... São muitas as situações que são violentas, são violências de gênero que desrespeitam as mulheres. Esta é a Casa que teve o deputado Fernando Cury assediando sexualmente uma deputada em Plenário. São diversos casos que a gente vê como esse que a gente viveu. Hoje a gente viu cenas aqui extremamente condizentes com essa alegação e é importante que a gente fale sobre isso para que todos os deputados aqui que se indignaram contra o Arthur do Val, que se indignaram contra o comportamento inaceitável do deputado, que foi corretamente cassado, possa estender esse comportamento sempre a todas as deputadas, em todos os momentos. Que a gente possa, sim, falar da importância de respeitar as mulheres e as mulheres na política nesta Casa. Eu votei pela não admissibilidade do caso em relação ao deputado Gilmaci pela nulidade do processo. Eu votei contra a representação da deputada Valeria contra o deputado José Américo por entender que tem uma outra representação do deputado José Américo contra a deputada Valeria, e um caso em que os dois protagonizaram uma cena ruim. Mas é verdade, também, que a gente precisa falar do combate à violência à política de gênero em todos os momentos.

Dito isso, não é sobre isso que a gente fala agora. Não é sobre machismo, não é sobre violência política de gênero. É, sim, sobre o racismo. É, sim, sobre uma fala extremamente grave que precisa da nossa atenção. Aqui, deputado Douglas, V. Exa. mesmo colocou na sua fala que muitas vezes o deputado Wellington, na Presidência do plenário, interrompe e pede a palavra de várias pessoas. O senhor disse isso na sua fala. Mas ele nunca disse a ninguém que ia colocar o cabresto na boca de ninguém. Ele disse essa fala para uma deputada mulher negra. (Aplausos.) Isso é completamente inaceitável, é completamente diferente.

Caro deputado Campos, acho sempre um aprendizado ouvir o senhor, mas preciso aqui discordar da sua fala, porque não se trata mesmo de avaliar relações pessoais ou a índole do deputado Wellington. Se trata, neste momento, de a gente avaliar o comportamento e a conduta colocada nessa fala do deputado Wellington para a deputada Monica, falando que iria colocar o cabresto em sua boca. É disso que a gente está tratando nesse momento. Isso configura uma injúria racial, que o nosso legislador adotou, como entendimento, que não cabe retratação, como em todos os casos de ofensa contra a dignidade e decoro. Por isso que neste momento eu rogo para este Comitê de Ética que entenda a importância de a gente traçar essa linha do que é aceitável ou não. A gente nem está dizendo aqui sobre o mérito em si; a gente está colocando o papel e falando sobre a nossa responsabilidade enquanto Comitê de Ética de aceitar ou não um caso como esse,

de discutir ou não um caso como esse, um caso que configura injúria racial, um caso extremamente grave que não tem desculpas e retratação possível, mas sim uma necessidade de a gente avaliar e discutir qual é a pena que a gente entende para esse caso, e pode ser que o senhor tenha um entendimento que não caiba uma pena. É legítimo. Mas a partir do momento em que a gente defende que este Comitê de Ética nem aceite, nem admita a discussão desse caso, a gente diminui o papel do Comitê de Ética desta Casa. A gente diminui o nosso papel e a nossa responsabilidade frente à sociedade, de dizer o que é aceitável e o que não é aceitável. O deputado Wellington nunca disse para ninguém que iria colocar um cabresto na boca. Eu não aceitaria que me dissessem isso e acho que é inaceitável que a gente aceite para qualquer pessoa. É muito pior quando se trata de uma parlamentar, mulher e negra, e é disso que a gente está falando aqui. É de uma coisa extremamente grave, que precisamos, sim, colocar e traçar uma linha do que aceitável e do que não é. E esse é um caso que não é aceitável, mas é muito pior não ser admitido. Se a gente não admitir esse caso, a gente vai admitir o quê? Qual é o nosso papel? Então, eu rogo aqui, deputado Adalberto, com muito respeito, caro deputado Campos Machado, querido deputado Estevam, Delegado Olim, presidente Gilmaci, Altair, presidente, Enio Tatto e Barros, que a gente não se furte do nosso papel de Comitê de Ética, não se furte da nossa responsabilidade de dar uma resposta para a sociedade e de ao menos discutir esse caso e de votar, sim, à admissibilidade do que é ou não é aceitável em relação ao racismo na nossa sociedade. Adianto aqui o meu voto pela admissibilidade desse caso e pela importância que esse Comitê de Ética tem em relação à essa questão para que a gente dê uma resposta. Agradeço a atenção.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra deputado Gil, lembrando que o senhor tem cinco minutos. Não, desculpe. Não é perseguição. Desculpe.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Vou me vitimizar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Altair, dez minutos.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Porque eu sou nordestino, porque eu sou preto, porque eu não tenho sotaque europeu.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O deputado Altair, depois o deputado Gil e vou colocar em votação, não vou aceitar mais inscrição. Com a palavra o deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Vou me vitimizar aqui, também.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Ninguém falou que vai colocar um cabresto na sua boca.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Monica, por favor.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu não estou falando com a senhora, deputada. Eu estou com a palavra. Como sempre, a senhora sempre interrompe quem está falando. Foi justamente por isso que foi falado. Exatamente por isso que o deputado Wellington falou. Não me dirigi à senhora, eu estou falando aqui, então, por favor, respeite a minha vez.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra o deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Então... Sra. Presidente, poucas palavras eu tenho aqui para dizer. Meu amigo Barros Munhoz, que respeito de verdade e aprendo muito com a V. Exa. aqui. Eu queria que se fizesse silêncio.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu não vou falar assim. Não consigo me concentrar. Eu sou muito sensível. Agora posso? Posso falar?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra, deputado.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Minha sensibilidade é muito grande. Então, o meu amigo, Barros Munhoz, ele falou uma certa vez aqui sobre o deputado Frederico d'Avila e eu acho justo o que o senhor falou. O senhor falou assim: "ele não teve coragem de se retratar". O senhor se lembra das palavras?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Lembro.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Lembra? E naquele dia eu aprendi uma coisa com o senhor: que quando uma pessoa se retrata, ela entendeu que errou. E quando a pessoa entende que errou e faz o que o deputado Wellington fez, isso é louvável. Porque, durante todo esse tempo que o deputado Wellington está aqui na Casa, nunca, jamais, em tempo algum ele foi machista. Nunca. Nunca. Agora, a palavra que estava sendo dada era para defender a palavra desse camarada aqui, que é um preto. Mas ninguém leva isso em consideração. Eu concordo que a palavra que o deputado Wellington falou... Se falar... Eu não vou aceitar ninguém atrapalhar a minha fala. Ninguém. Vocês estão ouvindo aí? Ninguém!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, gente, não vamos complicar, nós temos um processo para votar. Dando a palavra para o deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Não aceito!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sim, por favor, se houver uma manifestação eu vou pedir para se retirar, por favor. (Vozes sobrepostas.) Deputado Altair com a palavra.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Então, quando o deputado Barros Munhoz falou isso, eu me lembro muito bem das palavras do senhor, deputado. E fiquei mais uma vez seu fã - pela sua oratória, pela sua postura e pelo que o senhor falou: a pessoa tem que se retratar. Mas no caso deputado Wellington, desculpa, ele se retratou. Ele quis ir lá no gabinete da deputada Monica e ela disse: "eu não aceito suas desculpas". Depois de tudo acontecido, ele subiu em plenário, deu a cara e falou que errou em uma

palavra mal colocada no intuito de querer deixar a coisa correr. E eu entendo que foi um erro essa palavra. Mas... Por favor, deputada, eu queria que se retirasse quem falou. Eu não vou ficar aqui assim, não. A senhora acabou de falar, presidente, por favor. Eu queria que se retirasse quem acabou de falar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, eu estou presidindo, por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então, por favor, então presida de uma forma... Eu respeito a senhora...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu vou pedir pela última vez, por favor. Isso está só prejudicando, não está ajudando. Com a palavra, deputado. Com a palavra, deputado, está correndo o seu tempo.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Deixa correr o meu tempo. Vou falar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, o tempo está correndo, o senhor tem que falar.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Mas eu vou falar quando eu quiser, deputada. Não é?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Só dentro dos dez minutos que o senhor tem direito.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Sim, deixa correr o tempo. Se eu perder o tempo eu fico calado e perdi meu tempo. Ou não tenho direito?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sim, é um direito do senhor. É um direito do senhor.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Então, se eu quiser ficar calado, eu vou ficar calado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Está bom.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Desculpa. Então, como eu estava falando, para defender um deputado preto. Barros Munhoz. Mas o que Wellington fez foi louvável e muitos aqui não estão levando em conta. O senhor mesmo falou isso, com o deputado Frederico d'Avila. Não teve coragem, hombridade para dar as caras e pedir perdão, e o senhor Wellington fez. O deputado Wellington fez isso. Outro ponto que eu quero deixar muito claro aqui, depois de toda a discussão, depois de tudo: eu entendo que o meu amigo Campos Machado falou e estou pensando agora, Campos, em quando subir em plenário levar um monte de placa e faixa do que eu posso e eu não posso falar, porque tem coisa que realmente... Está muito melindrosa a coisa aqui. Tudo é Conselho de Ética! Eu entendo que a palavra que o deputado Wellington colocou foi pesada. É verdade, eu não vou mentir. Está bem claro nos áudios. Foi pesado, sim. Mas houve uma retratação, houve um arrependimento e o deputado nunca fez isso. E mais: ele não diz só pessoalmente com a deputada Monica, porque aí leva tudo para o pessoal. Ele falou: qualquer deputado que fizer, eu vou fazer o mesmo. Quer dizer, essa palavra foi mal colocada, de verdade, mas ele se retratou. Então, eu peço aos amigos, deputados e deputadas, que, por favor, repense isso. Que repense, porque eu penso que o camarada quando está ali na Presidência, ele tem a intenção de deixar correr, não ficar atrapalhando toda hora. Eu nunca atrapalhei a fala de ninguém aqui. E depois de todo o acontecido, lá vai a deputada Monica e diz assim: “todos vocês, todos vocês são machistas”. Aí pode? “Todos vocês são machistas, todos, todos vocês, todos os deputados” e apontou para todos os deputados. Eu até falei: “eu não sou machista”. Eu quero que qualquer deputada diga qual foi o dia que eu ofendi, que eu alterei voz, que eu desrespeitei qualquer mulher que seja aqui. Nunca! Nunca! Então, apontar dedos e dizer que todo mundo é machista? Não, aí não. Então eu penso o seguinte: um erro, deputado Barros Munhoz, não compensa o outro. Ela não deveria ter falado isso dos deputados também, porque colocou todo mundo no mesmo parâmetro. Então eu sou totalmente contra...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Me permite um aparte, deputado?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Em primeiro lugar, muito elogiável a sua postura e respeitável. Aliás, como sempre. Em caso de injúria racial, já há decisão do Supremo Tribunal Federal. Não cabe desculpas.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Respeito, mais uma vez, o que o senhor falou, mas entendo que quando uma pessoa se retrata a gente tem que respeitar também. Continuo dizendo a mesma coisa. Então, senhores deputados...

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Me permite uma palavra, deputado?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pois não? Por favor.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não cabe aparte agora, deputado, nós temos um processo. Termina o senhor a sua fala, que nós vamos colocar em votação depois da palavra do deputado Gil.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Presidente, me perdoe, mas não é meu tempo? Eu posso passar ele para quem eu quiser. Desculpe, presidente. Eu não posso fazer isso?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nesse caso, sim.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Então, estou passando aqui para o Campos Machado. Por favor, fica à vontade, meu querido.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Duas colocações.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Microfone, por favor, meu amigo.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Duas colocações: não há diferença entre deputadas negras e deputadas brancas. Pelo amor de Deus. Quem fala isso pratica discriminação.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Exatamente.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - E outra coisa: também discordo da alegação do deputado Barros Munhoz. Vou apresentar jurisprudência contrária do que diz o deputado Barros Munhoz. Amanhã trago à Casa a jurisprudência a respeito da palavra retratação. Muito obrigado, deputado.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Bom, então é isso, eu queria... Parabéns, deputado, pela sua colocação. Eu só queria dizer isso. A gente não pode ter dois pesos e duas medidas, não é? Tiveram palavras muito mais agressivas que foram faladas nesta Casa e não vieram nem para o Conselho de Ética. Então, eu queria que vocês, por favor, repensassem muito bem em tudo isso. É isso, minha presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra deputado Gil Diniz. Cinco minutos. Não vai mais ter mais nenhuma inscrição. Nós vamos colocar em votação após a palavra do deputado Gil.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, eu vou abrir mão do meu tempo, mas só vou registrar que, como eu tumultuei aqui a sessão, V. Exa. cassou a minha palavra, a palavra deste deputado, assim como o deputado Wellington cassou a palavra da deputada Monica no plenário quando ela interrompeu o orador na tribuna fazendo a questão de ordem dela sem apontar qual era o artigo naquele momento. Então, só para deixar registrado aqui que, assim como o deputado Wellington naquele momento agiu, V. Exa. agiu corretamente comigo nesse momento. E a palavra mal utilizada do deputado Wellington Moura foi em outro momento, que todos nós pedimos, Barros, para que ele voltasse ao microfone e pedisse perdão a deputada Monica Seixas, e assim ele o fez. Mas foram dois momentos distintos, não foi na mesma sessão, naquele mesmo momento. Então, deixo aqui registrado que V. Exa. agiu corretamente cortando o meu microfone, cortando a minha palavra quando eu tumultuei essa sessão, assim como a deputada Monica naquele

momento fez com o deputado Douglas Garcia, utilizando o Regimento indevidamente naquele momento, presidente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra deputado Adalberto Freitas. Não vou dar a palavra para mais ninguém. Por favor, nós vamos pôr em votação. Por favor, deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Boa tarde a todos. (Vozes sobrepostas.)
Deputada?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu não vou admitir mais manifestação no plenário, senão vou pedir para esvaziar. Por favor, deputado Adalberto com a palavra.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Boa tarde. Obrigado, presidente e aos demais colegas aqui que se... Eu preciso falar, presidente. Eu preciso falar. Esse pessoal está...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Já autorizei, deputado.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Mas eles estão falando lá. A senhora quer ouvir a mim ou a eles?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nós vamos votar esse processo de qualquer jeito hoje. Por favor, eu peço o silêncio do plenário. Com a palavra, deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Bom, após ouvir todos os nossos colegas, eu gostaria de fazer um comentário: tudo o que a gente for fazer de avaliação de colegas, nós temos que ver o histórico da pessoa. O deputado Wellington, desde o tempo que eu estou aqui, nunca vi o deputado Wellington ofender ninguém. Um cara compreensível, um cara que conversa, um homem de família, religioso... E, se por acaso ele falou essa palavra que foi colocada - eu não estava no momento -, é uma palavra, às

vezes, no momento, que a pessoa sai um pouco do normal, porque o que a gente vê constantemente aqui na Assembleia são pessoas provocando a gente. Eu sei, eu respeito todo mundo aqui, mas tem pessoas que me provocam. Ficam provocando porque querem briga, não é? E concordo com o que o deputado Douglas falou. Estamos num ano de eleição, e a forma com que a pessoa trabalha para conseguir voto... Tem gente que gosta de atrair a atenção. E se a gente for ver, a deputada Monica, com todo o respeito que eu tenho por ela, ela sabe disso, mas não há uma sessão que ela esteja presente que não tenha uma confusão. Agora mesmo, aqui, ela fez uma confusão, me ofendeu, como também ofendeu os deputados aqui. São todos. Isso é uma ofensa, também. Então, a deputada tem uma forma de trabalhar aqui no plenário que é ofensiva em todas as ações que ela faz. Toda vez que ela está no plenário tem uma confusão. Se fosse uma vez ou outra, deputada, tudo bem - às vezes a gente está em uma situação que é contra e tal -, mas todas as vezes que tem o tempo no plenário a deputada tem um tipo de provocação e, nesse caso, houve a provocação, e houve por parte do deputado Wellington, que tenho certeza absoluta de que o que ele quis dizer não foi o que ele falou. Ele se manifestou e, com certeza, se arrependeu; se arrependeu, como foi bem colocado aqui pelo deputado Altair. (Vozes sobrepostas.) Presidente, eu gostaria que a senhora retirasse.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, por favor.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - A senhora falou que ia retirar. A senhora falou que ia retirar.

O SR. GIL DINIZ - PL - A senhora já falou três vezes! (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, pode retirar quem está gritando? (Vozes sobrepostas.) Para a gente transcorrer a sessão.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Nós temos que ter respeito aqui.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Assim não dá!

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado... (Vozes sobrepostas.)

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - É exatamente assim que o senhor se comporta.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Desculpa, tem que retirar, a deputada pediu para retirar. (Vozes sobrepostas.)

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - A concordância do orador... Sra. Presidente, os trabalhos estão correndo muito bem, é normal que tenha essas manifestações do plenário. Eu gostaria de pedir para o plenário...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então está bom.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - ... para colaborar. A gente está numa discussão, já está no final, já está indo para votação.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nós vamos indo para votação.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Peço que não fosse necessário de tirar ninguém do plenário, não. Acho que dá para terminar essa reunião...

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - É, falta pouco.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - ... de forma correta, sem a necessidade de tirar alguém daqui de dentro.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Enio.
Com a palavra o deputado Adalberto Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Só para concluir, presidente. Pelo histórico do deputado Wellington, tenho certeza de que ele não quis ofender a deputada Monica. Então, eu queria agradecer a senhora por esse momento. Obrigado.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Questão de ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nós vamos colocar então em votação... Deputada Monica.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Desculpa, mas eu preciso pedir uma questão de ordem para que seja justificado que é questão de ordem, para o entendimento dos colegas sobre esse dispositivo. Primeiro, a minha questão de ordem é para dizer que questão de ordem tem hierarquia e é para colocar ordem no plenário, certo?

O SR. GIL DINIZ - PL - Qual artigo no Regimento?

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Certo? É certo, o senhor pode consultar o Regimento. Ou vai dizer que a realidade é mentira? Segundo, que eu fui citada diversas vezes e o que está aqui é, sim, um corporativismo, a fim de reiterar a fala violenta da qual eu fui vítima. Vocês estão fazendo malabarismo para dizer que podem, sim, sofrer qualquer tipo de violência, infringir qualquer tipo de violência contra uma parlamentar eleita porque os senhores não gostam de mim, porque não gostam da minha pessoa. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nós vamos colocar em votação.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Enio.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Questão do Regimento. Eu acho que o plenário, agora às 16 horas e 30 minutos, abriu. Portanto, eu acho que... (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Já abriu o plenário?

O SR. GIL DINIZ - PL - Não abriu. Ainda não abriu, presidente.

O SR. DOUGLAS GARCIA- REPUBLICANOS - Ainda não iniciou a sessão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então... Não iniciou a sessão?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - A senhora poderia verificar, consultar? Acho que não é... (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então vamos colocar em votação. (Vozes sobrepostas.) Eu vou colocar em votação. (Vozes sobrepostas.) Vamos colocar em votação o processo RGL 5.458. Por favor, eu peço silêncio ao plenário. (Vozes sobrepostas.) Processo RGL 5.458, de 2022, de autoria da deputada Monica da Mandata Ativista, o qual foi aprovado e juntado o processo RGL 5.522, de 2022, de autoria da deputada Márcia Lia, ambos contra o deputado Wellington Moura, por quebra de decoro parlamentar. Já está em discussão, já foi feita. Não havendo quem queira mais se manifestar, eu coloco em votação. Como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Sou contra, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Enio Tatto? (Vozes sobrepostas.)

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sou favorável, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Altair Moraes?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Totalmente contra, presidente.
(Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpa, eu não estou ouvindo.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Se esse pessoal calasse a boca seria bom.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor. (Vozes sobrepostas.) Como vota o deputado Barros Munhoz?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Por favor, registrou meu voto, presidente?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Barros...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Sou contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Já está registrado. Deputado Barros?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Favorável ao acolhimento.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Favorável. Como vota o deputado Delegado Olim?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota a deputada Erica Malunguinho? (Pausa.) Não está presente. Como vota o deputado Campos Machado?

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Contra. Como vota a deputada Marina Helou?

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Favorável e pelo papel dessa Comissão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Estevam Galvão?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Contra.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu voto a favor. Qual é o resultado? (Pausa.) (Vozes sobrepostas.) Por cinco votos a quatro, não vai ter prosseguimento a sessão.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Ótimo! (Vozes sobrepostas.) Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vamos ao item número... (Vozes sobrepostas.) Nós vamos... (Vozes sobrepostas.) Vamos agora ao item número... (Vozes sobrepostas.) Vamos ao Item 6. Processo RGL 5... (Vozes sobrepostas.) Por favor, eu queria resgatar a ordem aqui dentro para gente para prosseguir. (Vozes sobrepostas.) Por favor, eu peço para a polícia organizar... (Vozes sobrepostas.)

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, tem um grave tumulto, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB – Vamos ao Item 6.
(Vozes sobrepostas.) Processo... (Vozes sobrepostas.) Vou suspender?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Suspender, presidente.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Por favor, presidente. Vamos suspender a sessão. Não dá assim.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu vou suspender por dois minutos a sessão para retornar a ordem da sala no plenário. Por favor, deputados, ainda tem que assinar. Não terminou a reunião. (Vozes sobrepostas.) Eu vou encerrar, então, a reunião de hoje e marcar uma próxima com os demais itens. Obrigada a todos os deputados e deputadas presentes.

* * *

-Encerra-se a reunião.

* * *